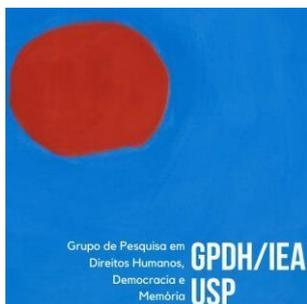


**III Encontro Anual do Grupo de Pesquisa em Direitos
Humanos Democracia e Memória – GPDH/IEA-USP
12 e 13 de dezembro de 2024**

Comissão Organizadora:

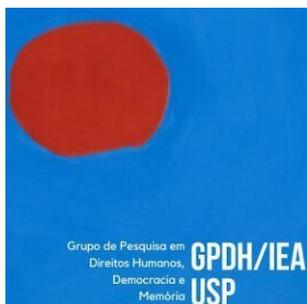
Lívia Santiago Moreira
Ozias Paese Neves
Paulo Kohara
Paulo Endo

São Paulo
2024



SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO	3
12 de dezembro de 2024 – IEA/USP	3
13 de dezembro de 2024 – IEA/USP	4
RESUMOS	7



PROGRAMAÇÃO

12 de dezembro de 2024 – IEA/USP - Sala Alfredo Bosi

11h às 13h	Abertura Laudatio: Apresentação dos novos membros pesquisadores colaboradores Novos Membros: Amelinha Teles, Belisário Santos Junior, Jamil Chade Apresentados por Carla Osmo, Flávia Schiling, Paulo Endo Lançamento do novo livro de Amelinha Teles
13h às 14h30	Almoço
14h30 às 16h	Mesa 1: Trauma, genocídio e memória Paulo Endo <ul style="list-style-type: none">• O problema econômico do Genocídio Márcio Seligmann-Silva <ul style="list-style-type: none">• História e trauma: revendo um paradigma recente Neri de Barros Almeida: <ul style="list-style-type: none">• Memória e o direito humano a um meio ambiente saudável

16h15
às 17h30

Mesa 2: Sociedade autoritária, reparação e relações étnico-raciais

Diana Mendes:

- Narrativas visuais negras: o papel da História nos processos de reparação

Gabriela Gramkow, Catalina Egger Desfontaine e Rita Kawana Duarte Queiroz

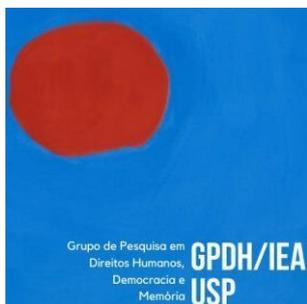
- Políticas de reconhecimento e combate ao ódio: branquitude e relações raciais na promoção de justiça

Carla Osmo, Ana Carolina da Matta Chasin e Fabíola Fanti.

- Caso Volkswagen: construção e desdobramentos da primeira iniciativa brasileira para responsabilização de uma empresa por violação de direitos humanos na ditadura

Janaína de Almeida Teles

- A Petrobras na ditadura militar: a repressão contra os trabalhadores e outras graves violações de direitos humanos



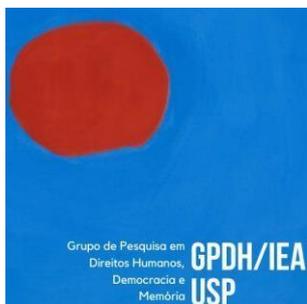
13 de dezembro de 2024 – IEA/USP - Sala Alfredo Bosi

09h às 10h30	<p>Mesa 3: Direitos humanos, observatórios e arquivos</p> <p>Tânia Corgi:</p> <ul style="list-style-type: none">• Arquiviolítica: uma pulsão apagadora de arquivos <p>Karen Worcman</p> <ul style="list-style-type: none">• Memórias biocêntricas. Uma experiência de registros de histórias com povos indígenas <p>Bruno Cervilieri Fedri</p> <ul style="list-style-type: none">• Relatos indizíveis: trauma psíquico e abuso sexual na crise da narração <p>Andrei Koerner e Marrielle Maia</p> <ul style="list-style-type: none">• Observatório de Políticas de Direitos Humanos: Política Migratória e Relação com Instituições Multilaterais
10h45 às 12h	<p>Mesa 4: Estado, violência e justiça</p> <p>Paulo Kohara</p> <ul style="list-style-type: none">• Notas metapsicológicas sobre a responsabilização civil do Estado em casos de violência policial <p>Eduardo Rezende Melo</p> <ul style="list-style-type: none">• Encruzilhadas do direito: trajetórias de vida, modos de subjetivação e o dilema interpretativo em torno do envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas <p>Maria Cristina G. Vicentin</p> <ul style="list-style-type: none">• Trajetórias de crianças e adolescentes no tráfico: elementos para um crivo analítico em diálogo com os direitos humanos <p>Ludmila Murta</p> <ul style="list-style-type: none">• A escola e escuta especializada: entre violências, estereótipos e

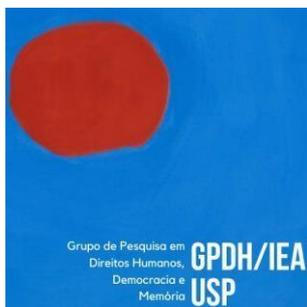


possibilidades





12h às 13h30	Almoço
13h30 às 15h	<p>Mesa 5: Imaginação política, resistências e Redes de Memória</p> <p>Ozias Paese Neves -</p> <ul style="list-style-type: none"> Os intelectuais da Revista Civilização Brasileira e a resistência ao Regime Militar (1965-1968) <p>Paulo Fernandes Silveira</p> <ul style="list-style-type: none"> FHC na resistência à ditadura <p>Maria José de Rezende</p> <ul style="list-style-type: none"> De volta às imaginações políticas da década de 1980: alguns estudos sobre a transição democrática no Brasil e as influências de Lefort e Castoriadis <p>Cláudia Hoffmann</p> <ul style="list-style-type: none"> Políticas, Lugares e Redes de Memória: monitoramento e fortalecimento para a promoção da Democracia no Brasil a partir da experiência no LUME: Lugar de Memória
15h30 às 17h30	Reunião do Grupo
18h	Encerramento



RESUMOS

HISTÓRIA E TRAUMA: REVENDO UM PARADIGMA RECENTE

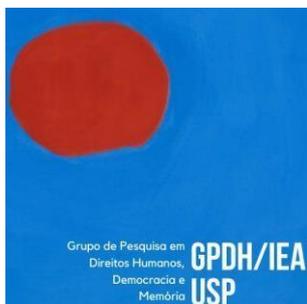
Márcio Seligmann-Silva

Para além do conceito de pós-memória, que se mostrou insuficiente e sem nervura para descrever a memorização transgeracional de situações traumáticas, uma vez que o tempo do trauma produz a telescopagem de gerações, propõe-se repensar esse paradigma temporal a partir de uma memória pós-traumática calcada na imaginação produtiva.

MEMÓRIA E O DIREITO HUMANO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Neri de Barros Almeida

Em 2024 a mudança climática ficou patente para a maioria dos brasileiros por meio de eventos extremos, praticamente simultâneos, sistêmicos e de grande escala que varreram o país na primeira metade do ano: chuvas intensas e ininterruptas no Rio Grande do Sul seguidas de enchentes, seca prolongada e incêndios devastadores em praticamente todos os biomas do país. No resto do mundo, o cenário não foi muito diferente, apontando para o desenvolvimento de uma crise hídrica planetária de efeitos catastróficos. Os fenômenos extremos decorrentes da mudança climática, colocam em xeque o conjunto dos direitos humanos no presente e no futuro. O reconhecimento do papel inibidor que esse contexto exerce sobre os direitos humanos recomenda que o direito humano a um ambiente saudável, limpo e saudável seja alçado a uma posição transversal dentro da luta pelos direitos humanos. Para a consecução deste fim, processos de comunicação e educação são fundamentais. Esta comunicação pretende



discutir o papel estratégico da memória (histórica e afetiva) nesse processo transformativo ao qual os fatos nos convidam.

NARRATIVAS VISUAIS NEGRAS: O PAPEL DA HISTÓRIA NOS PROCESSOS DE REPARAÇÃO

Diana Mendes Machado da Silva

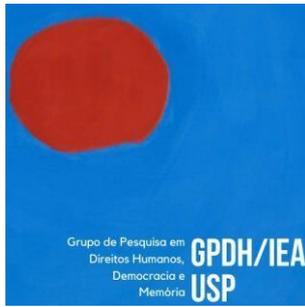
Se a principal característica da violência dirigida às pessoas de pele negra é a gratuidade; se o seu fundamento é a morte social e esta, por sua vez, depende da imposição de um enredo coletivo que apaga o tempo e o espaço das experiências individuais (Wilderson III, 2021), as histórias e a História podem assumir papel fundamental nos processos de reparação e de reconfiguração deste cenário. Esta pesquisa busca explorar o papel das narrativas, especialmente das narrativas visuais, nos processos de subjetivação, de afirmação e de reconhecimento de subjetividades negras. Trata-se de destacar o papel humanizador das narrativas ao contribuírem para identificar e situar temporal e espacialmente modos de ser, estar e agir dos sujeitos históricos em toda a sua pluralidade (Ricoeur, 2010). Neste sentido, as narrativas visuais figuram como uma via privilegiada para iluminar essa pluralidade, ancorando experiências em um regime de historicidade comum e evidenciando a vida e o protagonismo negro precisamente onde têm sido negligenciados.

POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E COMBATE AO ÓDIO: BRANQUITUDE E RELAÇÕES RACIAIS NA PROMOÇÃO DE JUSTIÇA

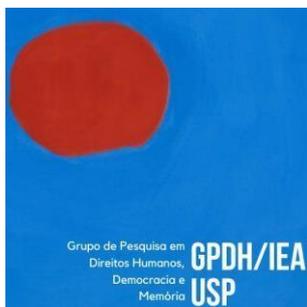
Gabriela Gramkow

Catalina Egger Desfontaine

Rita Kawana Duarte Queiroz



Considerando a reprodução do racismo e desigualdade de gênero no Brasil e a urgência do combate aos crimes de ódio, compartilharei sobre movimentos instituintes e apostas de reparação nas lutas antirracistas a partir de estudo e análise de dispositivo instituído na Justiça Paulista, compondo vozes e tensões neste enfrentamento de ciclos de violências. As demandas sociais e o enlaçamento com a legislação contra o racismo nos convocam a agenciamentos de integralidade do cuidado, práticas de reparação e de promoção da igualdade racial. A presença arraigada das violências de gênero na sociedade brasileira constitui um desafio persistente pois a colonialidade marca posição diante das mulheres como alvo das violências do patriarcado. Apesar de todas as mulheres serem afetadas por opressões associadas à lógica patriarcal, marcadores sociais como raça e classe agravam essa questão. Essa intersecção não apenas dispõe as opressões patriarcais, mas demarca o racismo estrutural. O Brasil tem uma atuação tardia no reconhecimento do racismo institucional e a extensividade temporal gera silenciamento e produz arquivamento como política de apagamento de suas ações e memórias violentas nas práticas de injustiça racial. A deslegitimação das vítimas fortalece o pacto da branquitude. Após realização de pesquisa sobre os dispositivos políticos e raciais que efetivaram a emergência do Gecradi MPSP (Grupo Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância / Ministério Público de São Paulo), refletiremos sobre a branquitude no Sistema de Justiça, na elaboração de práticas de justiça eventualizadas em seus processos jurídicos e discursos sobre seus fazeres. Em nossas entrevistas com os agentes do GECRADI, a questão da branquitude emergiu como analisadora de lugar de privilégio e de enunciação de aberturas reflexivas e de reconhecimento. O GECRADI nascido em 2021, apesar de tardio, vêm como uma aposta para o combate de intolerâncias no estado de São Paulo. O GECRADI assume um lugar de especificidade frente às complexidades das violências, busca ter uma atuação próxima da Justiça Restaurativa, nomeia e reconhece a vida precária das vítimas e movimenta um trabalho em rede nas políticas



públicas de enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave: Branquitude; Racismo; Violência; Gênero; Reparação.

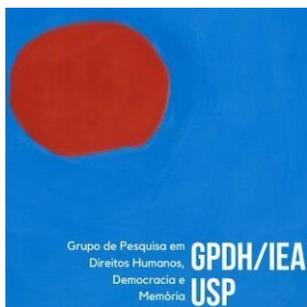
CASO VOLKSWAGEN: CONSTRUÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA PRIMEIRA INICIATIVA BRASILEIRA PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE UMA EMPRESA POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA DITADURA

Carla Osmo

Ana Carolina da Matta Chasin

Fabíola Fanti.

Resumo: No campo de estudos da justiça de transição, que se desenvolveu para discutir as respostas necessárias em face de situações de violações de direitos humanos praticadas de forma sistemática ou massiva por regimes autoritários, é recente o interesse pelos processos de investigação e responsabilização de empresas que participam dessas violações. No Brasil, especificamente, o primeiro caso de investigação de uma empresa por colaboração com violações de direitos humanos durante a ditadura que produziu resultados efetivos, tornando-se assim paradigmático e um provável modelo para iniciativas futuras, disse respeito à Volkswagen. Trata-se de iniciativa construída, centralmente, a partir dos esforços de organizações de trabalhadores que lutam por memória, verdade, justiça e reparação em face de perseguições e violência sofridas no período, como parte da repressão política, através de alianças entre os militares e setor econômico. A pesquisa tem o objetivo de investigar a construção desse processo, bem como a percepção dos atores sociais envolvidos sobre como ele ocorreu, e como se tornaram possíveis as inovações produzidas, seus benefícios e limitações. A pesquisa faz parte do projeto franco brasileiro Contributions de l'Amérique latine à l'esquisse dun droit commun - ALCOM, que obteve financiamento pelo organismo francês centre national de la recherche



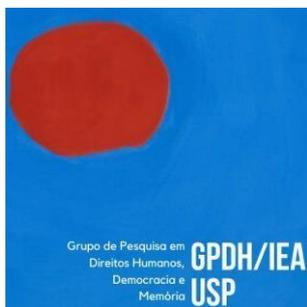
scientifique CNRS. Ela tem relação, ainda, com o projeto Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura, do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp).

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

A PETROBRAS NA DITADURA MILITAR: A REPRESSÃO CONTRA OS TRABALHADORES E OUTRAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Janaína de Almeida Teles

Esta comunicação pretende investigar os resultados parciais obtidos por nossa investigação sobre a responsabilidade da Petrobras, de sua diretoria e dos órgãos de informações da empresa nas perseguições, delações, elaboração de “listas sujas”, demissões, prisões e torturas de trabalhadores do seu quadro funcional, bem como de suas subsidiárias e prestadoras de serviço, entre 1964 e 1988. Apesar dos avanços verificados nos estudos sobre a ditadura militar no Brasil, as investigações mais recentes sugerem a necessidade de uma reflexão mais detida acerca de um aspecto ainda pouco estudado – a atuação dos órgãos repressivos no âmbito da estrutura institucional criada no interior da administração pública daquele período. Outros aspectos pouco conhecidos dizem respeito aos meandros da relação das Assessorias e Divisões de Segurança e Informações (ASI e DSI) organizadas na administração pública e sua relação com o aparato repressivo judicial e extrajudicial. Ademais, permanecem pouco conhecidas as experiências dos trabalhadores durante os anos do chamado “milagre econômico” e dos anos mais repressivos da ditadura. A apresentação revelará aspectos sobre como a Petrobras colaborou ativamente com o aparato repressivo da ditadura militar e se constituiu em um modelo a ser seguido pelo regime ao longo do período. Apresentaremos o panorama institucional do período, bem como as estratégias, a estrutura e a atuação da Divisão de Segurança e Informações



(DIVIN/Petrobras), a fim de assinalar os dados que comprovem a repressão empreendida contra os trabalhadores da estatal. Para além da dimensão interna da repressão praticada dentro da empresa, direcionaremos nosso olhar para os casos de envolvimento da Petrobras na colaboração com a logística do aparato repressivo estatal do período, com os crimes socioambientais e contrários aos povos originários, entre outras graves violações aos direitos humanos, com ênfase para o contexto do estado de Minas Gerais. Desde esta perspectiva, buscar-se-á apresentar também subsídios sobre os mecanismos de favorecimento oferecidos à Petrobras, entre outras, no período.

Palavras-chave: Ditadura militar, Petrobras, Responsabilidade empresarial, Repressão, Direitos Humanos, História Social do Trabalho.

ARQUIVIOLÍTICA: UMA PULSÃO APAGADORA DE ARQUIVOS

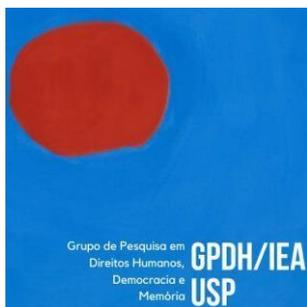
Tania Corghi

Pretendo compartilhar com o grupo pontos desenvolvidos em minha tese em andamento. Neste momento, tenho me debruçado sobre a leitura de Derrida sobre a noção freudiana de pulsão de morte e sua implicação na relação com o arquivo. Pretendo pensar a relação com arquivos da violência de Estado (eventos do GPDH me inspiraram a esboçar caminhos à pesquisa).

MEMÓRIAS BIOCÊNTRICAS. UMA EXPERIÊNCIA DE REGISTRO DE HISTÓRIAS COM POVOS INDÍGENAS

Karen Worcman

Neste encontro, apresentarei a programação do Museu da Pessoa e a discussão sobre



memórias biocêntricas x memórias antropocêntricas que estamos desenvolvendo com Ailton Krenak. Neste mesmo assunto gostaria de compartilhar o processo que andamos vivendo com o projeto patrimônios imateriais/vidas indígenas. Tem sido um processo com bastante insights e debates. Além disso, na programação intensa para 2025, contaremos com Paulo Endo como curador.

Relatos indizíveis: trauma psíquico e abuso sexual na crise da narração

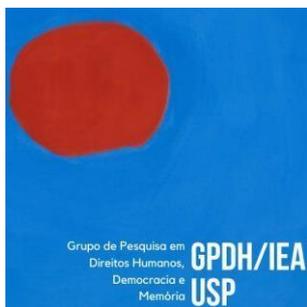
Bruno Cervilieri Fedri

Para Byung-Chul Han (2023) a crise da narração é caracterizada pela presença massiva da informação, em especial veiculada por meio de plataformas digitais, que substitui a narração e conseqüentemente reorienta o eixo narrativo para a objetificação do sujeito e da experiência subjetiva. O incentivo ao relato cede à importância da transparência e quantificação de dados, capturando histórias e transformando-as em *storytellings*, colaborando com a produção de relatos indizíveis, estes observados no ensejo do atendimento psicanalítico de vítimas de abuso sexual. O presente estudo tem como objetivo investigar as relações existentes entre a crise da narração e os abusos sexuais, mais especificamente suas conseqüências para a elaboração psíquica desta violência, utilizando a teoria psicanalítica articulada aos relatos de vítimas de abuso sexual como metodologia para discutir os desafios no atendimento de vítimas na contemporaneidade da crise da narração.

NOTAS METAPSICOLÓGICAS SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO ESTADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL

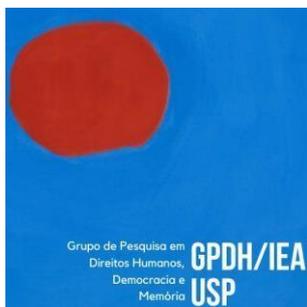
Paulo Kohara

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que definiu, em tese de repercussão



geral, que o Estado deve ser responsabilizado, na esfera cível, por morte ou ferimento de pessoas que tenham sido vítimas de disparos de armas de fogo em operações de segurança pública, foi uma das melhores notícias de 2024 no que se refere aos lentos e tortuosos avanços que os campos dos direitos humanos conseguem obter no tema da violência de Estado. A tese estabelece ainda que é ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil e que a perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado. Em suma, enfrentam os dois principais elementos que resultam no arquivamento de inquéritos ou absolvição dos autores dessas mortes no âmbito criminal, e fazem vislumbrar, ao menos na esfera cível, tempos mais prósperos para as demandas de familiares das vítimas da letalidade policial direcionadas à justiça. Mas será o reconhecimento na esfera cível, desvinculado da esfera criminal, suficiente para reparar o anseio de justiça dos familiares que tiveram seu ente querido abrupta e violentamente retirado de seu convívio? Partindo de um estudo de caso em que a morte decorrente de intervenção policial foi registada por câmeras de segurança, com imagens amplamente divulgadas pela imprensa, e ainda assim resultou no arquivamento do inquérito policial, analisamos como as vítimas indiretas dessa morte, em especial a mãe da vítima letal, foi impactada pela violência de Estado e qual o papel da responsabilização dos autores da violência para elaboração psíquica dessa perda. Tendo como chaves de leitura o traumático e a melancolia, problematiza-se o quanto protocolos judiciais e extrajudiciais de responsabilização civil do Estado como mero dever de indenização das vítimas são absolutamente insuficientes para fazer frente às demandas dessas mães (e outros familiares), e como o tema da reparação exige sempre uma escuta da singularidade da qual o processo judicial não pode se furtar.

ENCRUZILHADAS DO DIREITO: TRAJETÓRIAS DE VIDA, MODOS DE



SUBJETIVAÇÃO E O DILEMA INTERPRETATIVO EM TORNO DO ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES COM O TRÁFICO DE DROGAS

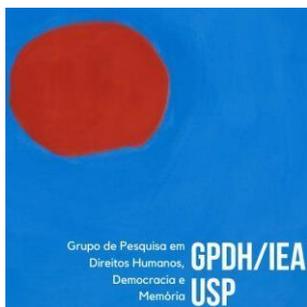
Eduardo Rezende Melo

O debate em torno do modo de classificação do envolvimento de adolescentes com o tráfico de entorpecentes, como infratores ou explorados em uma das piores formas de trabalho infantil, tem provocado impasses quanto ao modo de atribuição institucional de responsabilidade pelo tratamento da situação, evidenciando o limite do arcabouço jurídico-político para lidar com a complexidade do fenômeno em análise. A potencial incidência concomitante de dimensão infracional, protetiva e laboral, chamando um mesmo adolescente a subjetivar, de forma conflitiva e contraditória, sua trajetória de vida, vem suscitando a necessidade de problematização de práticas e metodologias de intervenção e elaboração de uma abordagem pautada em direitos humanos, de cunho participativo, tanto sob uma perspectiva individual como coletiva. Apresentar-se-ão os campos de problematização e de exploração de alternativas no âmbito de projeto de pesquisa na cidade de Santos-SP.

TRAJETÓRIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TRÁFICO: ELEMENTOS PARA UM CRIVO ANALÍTICO EM DIÁLOGO COM OS DIREITOS HUMANOS

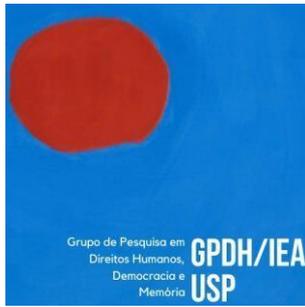
Maria Cristina G. Vicentin

A produção científica sobre as políticas públicas relativas à erradicação do Trabalho Infantil tem identificado gargalos consideráveis na implementação destas ações, principalmente a cobertura insuficiente de serviços e as ações fragmentadas entre os serviços, sugerindo a necessária qualificação e articulação dos serviços de proteção social existentes com a formulação de instrumentos concretos de ação intersetorial e de processos integradores ou



articuladores das ações. As ações intersetoriais se tornam ainda mais complexas quando se trata de reconhecer o tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil, quando se intensifica a combinação entre precariedades, punição e cuidado: a recorrência de familiares encarcerados, assassinados ou em situação de rua, vínculos com várias instituições estatais (prisão, CAPS, CREAs albergues), sofrimentos decorrentes de violência doméstica e impactos na saúde em decorrência de jornadas exaustivas, a exposição a substâncias prejudiciais à saúde, estresse, ameaças à integridade física e à vida. Deste modo, o cenário não é necessariamente de ausência de Estado, sendo importante questionar “como” o estado se faz presente.

Esta apresentação se situa numa das linhas de pesquisa do projeto- **Trajетórias de crianças e adolescentes no trabalho infantil e nos equipamentos do SGDCA: aportes para o trabalho intersetorial e em rede** - que compõe o projeto “Crianças e adolescentes submetidas às piores formas de trabalho infantil em Santos (SP): instrumentos de reordenamento do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA) para prevenção e priorização da proteção social à responsabilização infracional” (FAPESP-Políticas Públicas, vide resumo abaixo) na qual o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória, está envolvido por meio da participação direta de dois pesquisadores. Esta linha pretende desde as experiências de crianças e adolescentes em Santos construir perfis e trajetórias que permitam uma compreensão das situações de TI e do seu referencimento, vinculação e circulação na rede de proteção integral.

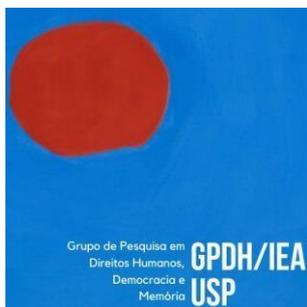


OS INTELLECTUAIS DA REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E A RESISTÊNCIA AO REGIME MILITAR (1965-1968)

Ozias Paese Neves

O presente estudo examina a atuação de intelectuais de esquerda na *Revista Civilização Brasileira* (RCB), tomo o veículo como um espaço de resistência cultural e intelectual à ditadura militar brasileira entre 1965 e 1968. Sua edição se deu em uma conjuntura bastante adversa, característica de meados do século XX marcada por tensões em face dos diferentes projetos modernização e embates entre forças conservadoras, liberais, progressistas e comunistas. A atuação de uma ampla gama de intelectuais na RCB emergiu nesse quadro conflituoso diante de fortes tensões externas marcadas pela Guerra Fria e internas como o populismo, antipopulismo e o autoritarismo. Nesse cenário, a RCB despontou como um importante veículo de resistência, reunindo intelectuais que defendiam valores progressistas e desafiavam as normas impostas pelo regime militar, consolidando-se como um contraponto à censura e repressão vigentes.

A partir das reflexões da história intelectual procurei mapear as publicações da RCB, buscando identificar as transformações, as tensões internas e as estratégias editoriais que permitiram à revista operar como plataforma de resistência cultural. Procuo delimitar a “oportunidade editorial” capitaneada por Ênio Silveira e o tipo de engajamento e “propósitos” da revista. Apenas a título de amostra entre os colaboradores da revista encontravam-se renomados intelectuais brasileiros e influentes pensadores estrangeiros, compondo um amplo mosaico de ideias e debates em oposição ao autoritarismo. A publicação trouxe artigos de autores como Celso Furtado, Otto Maria Carpeaux, Nelson Werneck Sodré, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, José Ramos Tinhorão, Caio Prado Jr, Herbert Marcuse, Jean Paul Sartre, George Lukács, Louis Althusser, Walter Benjamin, Eric Gromm, Antonio Gramsci dentre outros.



Palavras-chave: Revista Civilização Brasileira, intelectuais, cultura de esquerda, ditadura de 1964.

FHC NA RESISTÊNCIA À DITADURA

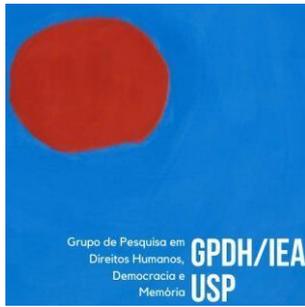
Paulo Fernandes Silveira

Em novembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff sancionou as leis que regulamentaram a criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV e o acesso à informação. Em agosto de 2013, o Arquivo Nacional digitalizou todos os documentos do Serviço Nacional de Informações – SNI. Os arquivos do SNI indicam que FHC foi um dos professores mais perseguidos pela ditadura. São mais de cem relatórios sobre ele ou sobre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, instituição de pesquisa que FHC ajudou a criar. O objetivo desse trabalho é apresentar e analisar algumas das informações desses arquivos sobre FHC

DE VOLTA ÀS IMAGINAÇÕES POLÍTICAS DA DÉCADA DE 1980: ALGUNS ESTUDOS SOBRE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E AS INFLUÊNCIAS DE LEFORT E CASTORIADIS

Maria José De Rezende (UEL)

Busca-se pôr em evidência as imaginações políticas que emergiram das reflexões sobre as ações e os procedimentos dos segmentos populares organizados e atuantes na sociedade civil durante o processo de transição política brasileira na década de 1980. Serão centrais, neste estudo, as expectativas e as perspectivas políticas, de alguns (as) pensadores (as) sociais brasileiros (Maria Célia Paoli, Eder Sader, Vera Telles, Marilena Chauí), sobre a possibilidade de os setores excluídos, organizados em



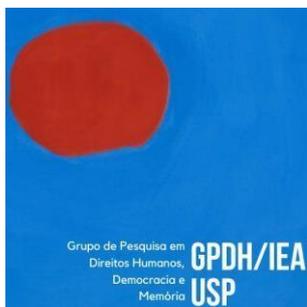
diversos espaços da sociedade civil, interferirem, expressivamente, no processo de superação da ditadura militar. As atuações dos segmentos populares eram consideradas, por esses (as) analistas, como construtoras, junto com outros agentes, de um processo de liberalização política capaz de desmontar o Estado de exceção em vigência de 1964 a 1985. As ações políticas destes setores sociais ajudariam, segundo estes (as) estudiosos (as), a instaurar um percurso democratizador no país. Objetiva-se demonstrar que suas imaginações políticas foram influenciadas, entre outras, por algumas proposições prescritivas postas por dois pensadores estrangeiros: Claude Lefort e Cornelius Castoriadis. É possível detectar alguns alinhamentos, entre esses analistas nacionais e estrangeiros, no que diz respeito às investigações sobre os desafios postos às transições dos regimes autoritários e ditatoriais para regimes e sociedades democráticas. Há, também, aproximações, entre eles (as), quanto à necessidade de ampliar os processos de geração de sociedades e culturas democráticas a partir das experiências políticas vivenciadas pelos segmentos sociais não-preponderantes na arena política.

Palavras-chaves: Democratização, transição política, sociedade civil, organizações populares.

POLÍTICAS, LUGARES E REDES DE MEMÓRIA: MONITORAMENTO E FORTALECIMENTO PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO LUME: LUGAR DE MEMÓRIA

Claudia Cristina Hoffmann

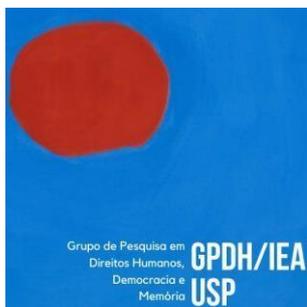
A tentativa de golpe de Estado em janeiro de 2023 deixou ainda mais clara a necessidade de avançar no debate sobre a chamada “Justiça de Transição” no Brasil, alimentando pesquisas e iniciativas práticas relativas ao direito à verdade, memória e justiça. Como cumprimento de uma das recomendações do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná e por meio de um Termo de Cooperação firmado entre



o Ministério Público do Estado do Paraná, Tribunal de Justiça, a Secretaria de Justiça e o e Comitê Estadual Memória, Verdade e Justiça do Paraná, em 2018, foi criado o *LUME: Lugar de Memória*. Seu principal objetivo é oferecer um espaço de educação em direitos humanos, visitação e formação, assim como promover Políticas de Memória no estado do Paraná e fortalecer as redes de instituições sobre o tema no Brasil e América Latina. Reinaugurado em 2022, com uma sala própria para exposições e aberta à comunidade, no prédio do atual Centro Judiciário de Curitiba (PR), o Lume atualmente integra a Rede Brasileira de Lugares de Memória (REBRALUM), a Rede Latino Americana e Caribenha de Lugares de Memória (RESLAC) e a Coalizão dos Sítios de Consciência (América e África).

Esse trabalho se divide em três partes: 1. A História de construção do LUME: Lugar de Memória; 2. As três inaugurações do LUME; 3. Os projetos em andamento, como por exemplo: formação de professores da rede pública de ensino no tema Memória, Verdade e Justiça em parceria com a Universidade Federal do Paraná/UFPR; exposição permanente na sala do LUME sobre as pesquisas dos sete Grupos de Trabalho que integram o Relatório da Comissão Estadual da Verdade; “Caminhos da Memória”: aulas abertas com visitas guiadas percorrendo os locais de repressão e resistência no centro de Curitiba; Grupo de Estudos sobre Memória em parceria com a Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA; articulação com o Ministério Público Federal, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e Universidade de São Paulo/USP, para realizar o monitoramento, mapeamento e cartografia das Políticas de Memória com o objetivo de promover a democracia com o suporte acadêmico e científico de universidades e centros de pesquisa parceiros – trabalho que recebeu o nome de Observatório das Políticas de Memória e foi criado em setembro de 2024 com promoção de Seminário na UNICAMP.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é apresentar os avanços e desafios em se trabalhar com o tema Políticas de Memória no Brasil a partir de uma experiência local



- a construção e permanência de um lugar de memória, resultado da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.